

A AUTO-REFERENCIALIDADE COMO DESVIO ESSENCIAL: relatos sobre a produção jornalística em “situação limite”

Flora DAEMON³¹

RESUMO

Tomamos como ponto de partida o impacto do fenômeno da midiaticização também entre sujeitos que atualmente cumprem pena. Entendemos que estes desenvolvem o que chamamos de competência comunicativa, termo cunhado a partir da ideia de competência cultural, de Martín-Barbero (2004), e, por conta disto, buscam o direito de representar suas trajetórias. Investigamos, assim, um jornal desenvolvido por presos em que as questões da experiência e da auto-referencialidade jornalística serão considerados elementos chave para garantir a legitimidade entre a comunidade dos cativos, proposição contrária a do jornalismo tradicional em que o afastamento estratégico garantirá, em teoria, uma cobertura noticiosa justa e equilibrada.

PALAVRAS-CHAVE: Midiaticização; Prisão; Auto-referencialidade.

ABSTRACT

We take as starting point the impact of the phenomenon of media coverage also among people who are inmates in Rio de Janeiro. We understand that they develop a communicative competence, expression based on the idea of cultural competence (MARTÍN-BARBERO, 2004), and because of this, they plan to compete with traditional communication vehicles the right to represent their own trajectories. We investigate a newspaper developed by prisoners where the issues of experience and journalistic self-referentiality is considered key to ensuring the legitimacy of the community of prisoners.

³¹ Doutoranda e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Violência e Comunicação (NEVCOM/UFF). Contato: floradaemon@yahoo.com.br

KEYWORDS: Mediatization; Prison; Self-referentiality.

1. O jornal na prisão

Na medida em que instituições tradicionalmente disciplinares, como as prisões, são atravessadas pelas práticas de controle contemporâneas, os meios de comunicação e informação ganham importância como instrumentos prioritários das relações de poder na sociedade. Nos dias de hoje, o conceito de “segurança máxima” nos presídios passa pela apropriação do aparato midiático como mecanismo de controle da população carcerária. “Do outro lado dos muros”, crescem, por sua vez, as práticas discursivas de punição e pré-julgamento pela imprensa.

Nesse cenário, internos do presídio Evaristo de Moraes, unidade penal que abriga maior quantidade de presos no estado do Rio de Janeiro, ao desenvolverem uma experiência jornalística, buscam estabelecer uma resposta ao “controle midiático” com as mesmas ferramentas. Dessa forma, a constituição de uma experiência jornalística por presos resulta num processo de inversão de uma trajetória que parte de sua criminalização pela imprensa à evidência de um projeto de ressocialização de internos metamorfoseados em jornalistas a partir emergência de uma subjetividade midiática intramuros. Ao se engajarem numa produção noticiosa, esses sujeitos, internos (e) repórteres, invertem o direcionamento “natural” dos fatos para se tornarem, também, indivíduos duplamente vigiáveis justamente por conta deste engajamento anterior ao crime e, agora, ao trabalho jornalístico.

Ao que parece, a decisão de dedicar-se à elaboração de um jornal no presídio – desde a definição de pautas e ilustrações, confecção de textos até a diagramação – pode dar pistas sobre o reconhecimento da ferramenta enquanto um poderoso instrumento de fundação de poder, sobretudo quando se tem clareza de que a melhor solução para a interdição dos passos é o estímulo ao movimento da informação.

É possível pensar que cientes da impossibilidade de dissociação da imagem pública da sua qualidade de apenado, esses internos apóiam seu projeto numa interpretação do *ethos* jornalístico estruturado a partir de um certo *modus operandi* que vincula a prática profissional ao perfil de quem a exerce como aquele que pode, mesmo dentro do Sistema

Penitenciário, viabilizar a atribuição de valores normalmente conferidos à categoria profissional extramuros. Dentre todas as possibilidades, a figura do repórter parece ser aquela que permitirá, da forma mais adequada aos propósitos desses homens, o controle da informação e, em consequência disso, de suas vidas.

Nesse sentido, pode-se perceber que ao mesmo tempo em que escolher o jornal como instrumento de materialização de poder significa aproximar-se de características conferidas aos profissionais de imprensa, tais como a verdade, confiança e credibilidade, *estar* jornalista pode querer demonstrar também um gesto de aproximação da liberdade e, portanto, de distanciamento dos demais presos que são enquadrados automaticamente à condição de público leitor. Assim, propõe-se a idéia de que fundar um jornal, criar um espaço dialógico entre os presos, significa remontar um projeto de visibilidade de pessoas fisicamente distantes de conexões com o humano, com o passional e o recuperável.

Dessa forma, parece ser razoável pensar que o projeto de construção identitária a partir de uma interpretação sobre o que significa ser jornalista se estrutura em um objetivo maior que extravasa o argumento oficial de promover a ressocialização. Ao contrário, aparentemente esse gesto pretende o deslocamento hierárquico dos demais presos por meio da promoção da visibilidade. Nossa idéia é que ao associarem-se conscientemente ao projeto, os internos não jornalistas que, a rigor, não colheriam frutos com tal publicação, *negociam*, como nos lembra Velho (1994), com os fazedores de mídia no cárcere com o intuito de manter uma representatividade pública sobre o que é ou, pelo menos, poderia ser um preso do Evaristo de Moraes.

2. A pauta jornalística no cárcere

A partir da apresentação de alguns breves exemplos empíricos, pretende-se lançar algumas hipóteses acerca dessa experiência jornalística desenvolvida no cárcere e avaliar os gestos de apropriação do dizer da grande imprensa e seus múltiplos efeitos nesse contexto. Foi assim que durante as discussões³² sobre a pretensa necessidade de conduta imparcial deste profissional, um dos internos apresentou um relato bastante emblemático: “Não sei

³² Tais debates ocorreram durante o trabalho de campo desenvolvido no presídio Evaristo de Moraes.

por que tanta preocupação com essa coisa de ser imparcial. Eu entendo que o jornalista julgue, que ele tenha opinião. Talvez a gente até se pareça mais do que eles gostariam: somos espertos, sagazes e manipulamos a verdade. A diferença é que nós estamos presos”³³.

A simplicidade com a qual o interno “solucionou” um dos mais emblemáticos dilemas éticos da profissão enquadrando jornalistas como “criminosos do texto”, à primeira vista, pode parecer uma redução tendenciosa de leigos metamorfoseados em jornalistas. Nossa hipótese, no entanto, aponta para outra direção: será que “não profissionais” e “consumidores” de jornalismo são capazes de identificar que o desvio é parte basilar da atividade jornalística e, de certa forma, promover a redenção do jornalismo pelo que tem de humano e real? Virginia Fontes nos lembra que o mundo objetivo e neutro ainda é uma crença presente na formação dos jornalistas brasileiros e reitera que “esse pressuposto é limitado – pois sabemos que não há possibilidade de explicação neutra numa sociedade de classes – mas lastreia a própria dominação da grande imprensa” (FONTES, 2007: 3).

É possível pensar então que a imparcialidade e equilíbrio, teoricamente necessários ao exercício da reportagem são, na prática, um questionável dilema ético da profissão. Mais do que isso, o ritual da objetividade passa a ser um instrumento desse jogo político de enquadramentos. Tuchman trabalha com a perspectiva de que a objetividade é como uma espécie de baluarte que reduziria o impacto dos críticos: “atacados devido a uma controversa apresentação de ‘factos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase no mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1993: 75).

Nossa interpretação, no entanto, está mais centrada na percepção do que optamos chamar de “deslocamento das fontes”. De forma inversa à prática corriqueira da grande imprensa em que a definição sobre quem seria “ouvido” era parte fundamental do processo de construção da notícia, neste caso, de acordo com um interno que desenvolve o jornal, “somente quem passou pelo assunto da reportagem poderia falar sobre ele”³⁴. Mais do que

³³ Frase de um dos internos que compõe a equipe do jornal *Em Prol da Liberdade*. Não identificaremos seus nomes para sua segurança dentro da própria unidade penal.

³⁴ Colocação feita por um interno que, para sua segurança, optamos por não identificar, durante uma das reuniões de pauta.

autores dos textos jornalísticos, esses sujeitos ocupariam, também, simultaneamente, as posições de *pauta* e *fonte* para as reportagens.

Notamos, assim, uma espécie de preocupação com o tratamento da notícia, sobretudo em casos em que os crimes contra os costumes são o gancho para o desenvolvimento da reportagem. Rotineiramente estruturadas em narrativas jornalísticas sensacionais em que o crime passa a ser *também o sujeito*, certas produções noticiosas do universo extramuros parecem propor a vinculação do desvio, da maldade, menos ao sujeito social legalmente punível e, por isso, “corrigível”, para aproximá-lo do autor “biológico” do delito. Essa interpretação daria conta de um enquadramento que sentenciaria o ser criminoso à sua “essência cruel”³⁵, capaz de transitar pelo campo “jurídico-biológico” (FOUCAULT, 2002).

A partir do entendimento de que a não legitimação do trabalho jornalístico desenvolvido pela grande imprensa a respeito de determinados temas geraria, entre a massa carcerária, uma demanda reprimida de coberturas noticiosas que complexificassem o “objeto” da pauta, esses sujeitos, autores de *Em Prol da Liberdade*, travam um embate discursivo com o fazer jornalístico hegemonicamente autorizado sobre o direito de representar um certo perfil humano.

Dessa forma, propõe-se que esse embate é fortemente atravessado por dois “discursos”. O primeiro, baseado no princípio de inteligibilidade tautológico proposto por Foucault: “é precisamente uma propriedade do monstro afirmar-se como monstro, [e] explicar em si mesmo ininteligível” (FOUCAULT, 2002: 71); e o segundo, direcionado a interlocutores “normais”, provavelmente não encarcerados, almeja aproximar-se de “características humanas” a partir da justificação do erro e da promessa de uma busca incessante da “cura”.

Ao apresentar trechos de algumas reportagens em que a auto-referencialidade é parte fundante do texto jornalístico, prática hegemonicamente desacreditada pelos repórteres que desenvolvem a chamada grande imprensa, acredita-se que será possível realizar uma análise mínima dessas produções jornalísticas em que esses sujeitos seriam

³⁵ Estamos nos referindo às coberturas mais ou menos sensacionais que utilizam termos como “monstro da rua X” para nomear os autores de crimes.

autores, pauta e fontes tanto de suas trajetórias criminosas, quanto dos relatos jornalísticos que produzem. A partir de dois exemplos, será possível observar a tendência de construção de reportagens centradas em relatos baseados em histórias de vida que certamente pretendem gerar identificação com leitor.

O primeiro exemplo de análise se baseou em uma matéria desenvolvida por um repórter condenado pelo crime de estupro. Ao que tudo indica, os autores de *Em Prol da Liberdade* acreditam que para escrever uma reportagem sobre parafilia³⁶, assunto polêmico inclusive entre a comunidade carcerária, “é mais indicado alguém que sabe o que é isso, um cara que é do artigo”³⁷. No segundo caso tratado neste artigo, serão analisados trechos da reportagem intitulada “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”, escrita por um homem condenado por assaltos. Ainda que *atravessadas* pelo desejo e pela prática da auto-referencialidade, tais produções possuem características distintas. Dessa forma, optou-se por observá-las separadamente.

A justificativa da escolha do repórter para tratar de uma pauta diretamente relacionada à sua condição de encarcerado baseou-se num certo conhecimento da “natureza” dos criminosos sexuais e, por conseqüência disso, das histórias de vida que se desenvolvem a partir de tais desvios. Ainda assim, ao observar a referida produção é possível perceber, no entanto, que os personagens dessa reportagem figuram como “terceira pessoa” do discurso, como “eles, os criminosos sexuais”:

“As estatísticas apontam, inclusive, o grande número de reincidência na ficha criminal de tais ofensores. O que estaria acontecendo então? As pessoas, mesmo humilhadas retornam, estariam elas gostando de tais tratamentos? Por que mesmo com a grande divulgação na mídia e a grande repulsa das autoridades e da população as ofensas continuam acontecendo?”³⁸

Uma hipótese para tal gesto surge a partir da idéia de legitimação da prática jornalística extramuros, reiterando-a como seu paradigma. Nessas circunstâncias um repórter dificilmente participaria de forma explícita da história narrada. Outra hipótese daria conta de um projeto, nos moldes propostos por Velho (1994), em que o gesto de não se

³⁶ Estamos nos referindo aos transtornos da sexualidade.

³⁷ Fala de um dos internos que desenvolve o *Em Prol da Liberdade*. A expressão “o artigo” é usada para se referir a pessoas condenadas por estupro.

³⁸ Trecho da Reportagem Parafilia veiculada no periódico *Em Prol da Liberdade*.

posicionar como personagem “objetificado” pela cobertura noticiosa seria capaz de provocar um jogo duplo que promoveria, simultaneamente, identificação e distanciamento em públicos distintos. Em outras palavras, a partir de seu caráter clandestino, o referido projeto pressuporia, de antemão, a interlocução com *outros* receptores essenciais: os internos que se reconheceriam nas páginas dos periódicos; e o leitor, não encarcerado, que poderia interpretar essa distinção discursiva como sendo, de fato, uma distinção pessoal do autor da reportagem dos demais presos “comuns”.

O trecho da matéria citado acima pode relevar ainda outro elemento que reiteraria a interpretação da centralidade (e autoridade) dos meios de comunicação diante de seu público. A partir do questionamento do autor da reportagem - “por que mesmo com a grande divulgação na mídia e a grande repulsa das autoridades e da população as ofensas continuam acontecendo?”³⁹ - é possível notar uma percepção a respeito do fazer jornalístico como instância pedagógica moralizante.

Dessa forma, seria razoável a interpretação de que os autores do jornal *Em Prol da Liberdade* tornam visível o ônus da responsabilidade, assim como Pierre Rivière o fez ainda no século XIX. O emblemático caso do camponês francês incluiu no processo de punição um novo elemento: o direito à voz. O jovem assassinou sua mãe, irmã e irmão e se tornou alvo das pesquisas de Foucault (2003) por se tratar de um episódio rico em referências da psiquiatria jurídica e por dispor de um memorial, de autoria do réu, solicitado pela própria Justiça a fim de esclarecer a dúvida sobre o possível diagnóstico de loucura. Para Foucault, Rivière foi

“num duplo sentido o autor de tudo isto: autor do crime e autor do texto (...). Executou seu crime no nível de uma certa prática discursiva e do saber que a ele está ligado (...). Ele jogou realmente (...) o jogo da lei, do assassinato e da memória que regulava, nesta época, todo um conjunto de narrativas de crime” (FOUCAULT, 2003: 220)

De forma semelhante, as narrativas jornalísticas auto-referenciais, desenvolvidas pelos sujeitos encarcerados, se encarregam de fazer referência à condição monstruosa, citada também por Rivière. O texto, nessa perspectiva, parece ser a chave para a tentativa de redenção ou, minimamente, teria a função de registro mnemônico da busca pelo

³⁹ Trecho da Reportagem Parafilia veiculada no periódico *Em Prol da Liberdade*.

desfecho de uma trajetória narrável por meio da cura, conforme se lê no trecho da reportagem: “Perguntados se gostariam de submeter-se a um tratamento psicológico, afirmaram que sim - mesmo que não tenha qualquer redução de pena”⁴⁰.

No segundo caso, é possível perceber a mesma matriz auto-referencial mas, ao contrário da produção jornalística anterior, esta se aproxima, mais claramente, do que poderíamos entender como reportagem oficialmente autobiográfica: a trajetória criminosa é, aos poucos, desvendada pelo leitor que acompanha o desenvolvimento da história. Nota-se, ao longo do texto, o gradativo abandono da postura do *repórter que aborda*, para a incorporação da função de *personagem que compartilha* histórias vividas com o público leitor.

“A palavra crime pode ser substituída por violação da lei penal, delito, desvio de conduta etc... Mas a grande questão é descobrir porque, desde o tempo mais longínquo, o homem se envereda por este caminho tão tortuoso. Seriam apenas as questões de desigualdade social? Seriam pelo bel-prazer da adrenalina? As respostas variam de acordo com a concepção do agente. É a partir deste princípio que eu, ex-agente ativo desta prática, passo a narrar a minha experiência”⁴¹

A estrutura do já mencionado modelo jornalístico norte-americano, adotado em grande escala no ocidente, é deixada em segundo plano na medida em que o desenvolvimento cronológico dos fatos parece ser privilegiado em detrimento do formato que opera a partir da pirâmide invertida.

“No início, devo confessar, que tremiam-me as pernas, pois não era nada fácil você entrar numa loja de departamento com uma bolsa vazia dentro da sunga e sair com a mesma abarrotada de produtos de primeira qualidade. Depois de algumas investidas aquilo já era tirado de letra, afinal o hábito faz o monge”⁴²

Dessa forma, propõe-se que as produções auto-referenciais apreciadas neste estudo são, também, a materialização do próprio processo de apropriação das narrativas sobre si que operaria em duas frentes. A primeira seria diretamente ligada ao ímpeto reflexivo, zuitas vezes visível⁴³ aos que acompanham esse percurso. O resgate de histórias pessoais e a

⁴⁰ Trecho da Reportagem Parafilia veiculada no periódico *Em Prol da Liberdade*.

⁴¹ Trecho da reportagem “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”, veiculada no jornal *Em Prol da Liberdade*.

⁴² Trecho da reportagem “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”, veiculada no jornal *Em Prol da Liberdade*.

⁴³ Durante o desenvolvimento da reportagem sobre a *parafilia* o autor da reportagem pareceu apresentar fisicamente alguns indícios de sofrimento mental, sobretudo no período em que pesquisou sobre os procedimentos de castração química como “solução” para homens violadores.

promessa de publicização dessas trajetórias parece demandar, também, um esforço reflexivo que pretende, inclusive, apontar uma solução ou, minimamente, registrar a possibilidade de correção de desvios passados por meio de exemplos que se contam: “Para mim que sou um ‘ex-passageiro da agonia’ fica-me a lição: o crime nunca compensará o seu preço. Porque ele é caro demais quando realmente temos que pagá-lo”⁴⁴.

Nesse sentido, a segunda frente seria uma espécie de continuação do movimento anterior que operaria a partir do sentimento de retomada de controle do destino. De forma inversa ao processo de retextualização⁴⁵ - em que o relato do réu é apropriado e resignificado para constar nos processos penais, recurso empregado em larga escala tanto no momento de instauração do inquérito nas delegacias, quanto durante o desenvolvimento do processo jurídico -, estaríamos diante, pois, de um gesto de recuperação da voz e da possibilidade de narrar.

A consciência da necessidade (pessoal e editorial) de uma política jornalística que desse conta da complexidade de um público-alvo cujo perfil, a princípio, é heterogêneo, unido somente por certa semelhança entre os gestos criminosos e as conseqüências desta empreitada, baseou-se, também, em um fator identificado por Fausto Neto como característica do processo da percepção da centralidade da mídia na sociedade contemporânea: a auto-reflexividade jornalística exposta na própria carne do texto baseada num contrato que promoveria a “seleção/interpretação de acontecimentos compatíveis com a noção de um ‘leitor presumido’, ou seja, o consumidor instaurado pela lógica e os ventos da midiaticização” (FAUSTO NETO, 2008: 99).

Se de um lado a objetividade e o distanciamento crítico parecem ser a bases para o desenvolvimento de uma prática jornalística séria no universo extramuros, a experiência praticada pelos internos que produzem o periódico *Em Prol da Liberdade* aponta para o justo oposto dessa interpretação. A experimentação do sensível - daquilo que inscreve no corpo e na memória os registros de trajetórias individuais - se torna o atributo diferencial tanto para quem escreve, quanto para quem consome o jornal produzido na prisão. Em outras palavras,

⁴⁴ Trecho da reportagem “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”.

⁴⁵ Para aprofundar o assunto consultar: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortês, 2001.

se estes autores não utilizassem a percepção de que será justamente o *know how* que agregará valor ao veículo, não como elemento incriminador que reitera sua condição de “homens puníveis”, risco que correriam ao serem retratados em produções tradicionais, mas como elemento de autoridade, certamente estaríamos diante de um pastiche de jornalismo ou, como enfatizou um interno, de um periódico que seria sempre “pior do que os jornais lá de fora na comparação”⁴⁶.

Diante desse panorama, propõe-se que assim como o trabalho jornalístico realizado do lado de fora das grades e muros da prisão, em que as sugestões de pauta são feitas a partir do reconhecimento da linha editorial do veículo e de considerações sobre a relevância de determinados temas para seu público-alvo, o jornal confeccionado pelos internos do presídio Evaristo de Moraes apresenta um elemento central nas trajetórias (também textuais) desses sujeitos: a *paixão*.

Esse sentimento, transposto para as páginas do jornal tanto quanto para o ofício de produzir uma obra noticiosa, parece reafirmar a impossibilidade ser diferente do que *já se é*, inclusive em relação ao próprio lugar de fala experimentado por esses sujeitos encarcerados. Quando estes homens descrevem em suas reportagens relatos como o da “‘fantástica’ experiência de se fazer reféns guardas, gerente e clientes e depois sair ileso com o ‘malote’”⁴⁷ como algo “realmente é indescritível”⁴⁸, ou quando a confissão é ainda mais reveladora do que o próprio gesto criminoso - pois parece ser inevitável “demonstrar ‘amor’ pelas instituições bancárias”⁴⁹ - ironicamente acreditamos que estarmos próximos de uma cobertura noticiosa mais honesta produzida por sujeitos condenados justamente pelo gesto contrário a essa característica.

Falamos, aqui, do humano. Se for possível observar a experiência jornalística no cárcere como um gesto consciente e crítico em relação ao fazer jornalístico hegemônico, será necessário, também, exercitar uma certa coerência nas considerações sobre o leitor das produções noticiosas. Longe de serem ingênuos e simplesmente manipuláveis no interior

⁴⁶ Relato de um interno que desenvolve o jornal *Em Prol da Liberdade*. Conforme explicação anterior, seu nome não será identificado para resguardar sua segurança na própria unidade penal.

⁴⁷ Trecho da reportagem “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”.

⁴⁸ Trecho da reportagem “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”.

⁴⁹ Trecho da reportagem “A história de uma evolução criminal e seus métodos de aperfeiçoamento”.

desses processos, consumidores de mídia, encarcerados ou não, seriam capazes de verificar a impossibilidade de obtenção de relatos puros fornecidos por repórteres “supra- humanos não contamináveis”.

Ainda assim, considerar o desenvolvimento deste projeto como um gesto puramente altruísta, praticado por um grupo de pessoas que pretendia apenas informar a sociedade dos cativos, seria reduzir a potência de uma percepção que precede a entrada desses atores no Sistema Penitenciário. Antes de serem jornalistas do cárcere estes homens são presos e, antes de presos, são consumidores e críticos de produtos midiáticos.

Nossa aposta baseia-se na idéia de que o jornalismo desenvolvido na prisão é, de fato, *atravessado* por características inerentes à trajetória criminosa desses sujeitos. Já que a interpretação hegemônica sugere que o indivíduo que produz a imprensa carcerária é, de antemão, “contaminado” por sua “essência” criminosa, proposição que reiteraria, inclusive, o argumento para a não legitimação deste trabalho como sendo jornalístico, talvez a reafirmação deste princípio possa ser, de fato, o elemento-chave para definir o que é, afinal, a imprensa carcerária. Ironicamente, talvez dessa forma seja possível vislumbrar que a sagacidade exercitada durante os desvios por esses homens possa ser, também, experimentada na condução do trabalho jornalístico na prisão.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (et al.). *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALABY, Jean K. *Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s*. *European Journal of Communication*, vol. 11, 1996.

FAUSTO NETO, Antônio. “Fragments de uma ‘analítica’ da midiatização”, *Matrizes*, Universidade de São Paulo, nº 2, abril de 2008.

FISHMAN, Mark. *Manufacturing the News*. Austin: University of Texas Press, 1980.

FONTES, Virgínia. *Quem dita a pauta? Mídia e empresariado no Brasil do século XXI – as relações perigosas*. Conferência no Ciclo de Debates “Mídia, Estado e governos: relações perigosas em tempos de globalização”, Rio de Janeiro, março de 2007.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. São Paulo: Graal, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva: 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Revista Estudos Históricos*, 10, 1992.

SCHUDSON, Michael. “A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão”, in: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.